

oferta e a procura desportiva na Universidade do Minho. In P. Silva, S. Souza, I. Neto (Eds.), *O Desenvolvimento Humano: perspectivas para o século XXI – Memória, Lazer e Atuação Profissional*. Volume 1 (368-391). São Luís: Edufma. (ISBN: 978-85-7862-294-7).

RELAÇÃO ENTRE A OFERTA E A PROCURA DESPORTIVA NA UNIVERSIDADE DO MINHO

Hélder Silva¹
Maria Gomes¹
Rui Novais¹
Sílvia Marinho¹
Beatriz Pereira¹
Graça S. Carvalho¹

RESUMO

A prática de atividade física regular assume um papel fundamental na promoção de um estilo de vida saudável. A acessibilidade à prática de atividade física durante o período de lazer é influenciada por vários fatores, entre os quais se destaca a oferta desportiva. O objetivo deste projeto é investigar qual a relação entre a oferta e a procura desportiva existente na Universidade do Minho. A nossa amostra será obtida a partir da comunidade académica da Universidade do Minho. A recolha de informação relativa à oferta desportiva será realizada através de uma entrevista junto ao responsável pela área desportiva, consulta de documentos cedidos por este mas também do portal on-line. A recolha de informação sobre a procura desportiva será realizada por meio de um questionário de administração direta com perguntas de escolha múltipla e do tipo fechadas e diretas. A partir dos resultados encontrados, verificaremos se a oferta desportiva existente na Universidade do Minho vai ao encontro das necessidades dos seus utentes, as discrepâncias encontradas, serão objeto de recomendações para o departamento de desporto e cultura da Universidade do Minho.

Palavras-chave: UNIVERSIDADE DO MINHO, OFERTA E PROCURA DESPORTIVA, ALUNOS, DOCENTES E FUNCIONÁRIOS.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Revisão de Literatura

As conceções de que a prática de atividade física regular durante a infância e juventude assume um papel crucial na promoção de um estilo

¹ CIEC, Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga, Portugal

de vida saudável e que aumentam as probabilidades de uma participação análoga na fase adulta são bastantes consensuais.

Para além dos benefícios no campo biológico e psicoemocional, vários estudos têm procurado realçar que os hábitos de prática da atividade física incorporados na adolescência e juventude podem se transferir para as idades adultas. Isto vem destacar a importância de proporcionar melhores condições para a prática e aquisição de hábitos de atividade física nestas idades (Guedes, Lopes, Guedes, & Stanganelli, 2006, p. 266). Todavia, a realidade nacional tem vindo a evidenciar uma fraca aquisição de hábitos desportivos por parte dos jovens e adultos. Comparativamente com outros países da Comunidade Europeia, os hábitos de prática desportiva são bastante inferiores, o que se revela preocupante quando o objetivo é melhorar a qualidade de vida das populações. O problema é que a atividade física não parece ser um comportamento que domine as experiências de vida dos adolescentes e jovens. A maioria dos jovens não cumpre as recomendações de saúde pública, no sentido de manutenção de uma atividade física regular e sistemática.

Compreender os fatores que influenciam os comportamentos dos adolescentes é fundamental para o desenvolvimento de programas de intervenção orientados para a promoção da saúde entre os jovens (Santos Gomes, Ribeiro, & Mota, 2005, p. 193). Entre as possíveis causas desta pobre atração pela atividade física estão a falta de apoio dos pares e dos familiares, a ausência de recursos formais, tais como infraestruturas para a prática desportiva, as dificuldades de utilização dos recursos informais, quando estes existem, e os impedimentos como por exemplo no seu acesso. A acessibilidade às práticas de atividade física no tempo de lazer é manifestamente dependente de um outro conjunto de fatores, entre os quais o sexo, a idade e a área de residência.

No presente quadro da organização das sociedades, quer queiramos quer não, o desporto é visto como um produto e, simultaneamente, um processo e um serviço gerador de educação, cultura, de lazer e de economia. Assim sendo, a oferta desportiva pode ser sistematizada em três categorias: aquela que é oferecida pelo sistema educativo, a que é oferecida pelo sistema desportivo e a que é oferecida pelo sistema empresarial (Pires, 1993, p. 56). Importa então, definir o conceito de oferta. Por oferta entende-se a quantidade de bens ou serviços postos à disposição dos consumidores.

A evolução do desporto singular para o desporto plural é a maior de todas as alterações emergentes neste meio, comprometendo e respon-

sabilizando o Estado no cumprimento dos seus deveres enquanto agente de acessibilidade e justiça dos processos distributivos. Ou seja, cada cidadão deve ter fácil acesso a uma oferta desportiva que corresponda à "sua situação social e financeira, às suas disponibilidades temporais, aos seus interesses e estado de competência" (Bento, 1991a, p. 247).

Atualmente, assistimos a um maior desenvolvimento dos tempos livres, a uma mudança de mentalidades, o que leva às procuras mais diversas, de novas formas de prática desportiva, ao aparecimento de disciplinas novas. A maior parte dos municípios não tem possibilidade de responder a todas estas procuras, quer por falta de equipamentos, quer atribuindo a sua exploração e gestão às associações, ou procurando o apoio do sector privado (Lambert, 1991, p. 89).

Parece evidente e indiscutível para Cálão (2003, p. 68) que a oferta desportiva deve considerar-se e estruturar-se com base nas expectativas das populações e, neste contexto, as necessidades do consumidor assume claramente o móbil do progresso desportivo. Assim, para a definição de uma Política Desportiva global, "é necessário fazer um levantamento das necessidades, da previsão da procura, da definição de tendências, da análise da capacidade dos equipamentos existentes e definir a orientação para a criação de novas estruturas" (Dias, 2000, p. 17). A oferta de atividades e serviços desportivos, obtidos através de um equipamento desportivo, deve pautar-se por critérios de qualidade.

Na última investigação realizada sob os presságios da Comissão Europeia (1999), ficou provado que Portugal tem a maior taxa de sedentarismo, salientando-se que a maioria dos portugueses referiu que é necessário aumentar a oferta pública e privada de programas de promoção da atividade física, com a principal finalidade de "evitar doenças crónicas e prevenir a obesidade" (Sardinha, 2003, p. 13).

Tem-se verificado um esforço por parte do Poder Legislativo em acompanhar as rápidas mudanças operadas no mundo atual, e em particular, no fenómeno desportivo. A legislação portuguesa, pela Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) confere aos estabelecimentos de ensino, como seria de esperar, um papel primordial na formação das crianças e jovens, através do pleno desenvolvimento da personalidade, na construção do carácter e da cidadania, proporcionando-lhes um desenvolvimento físico equilibrado. A prática desportiva nas escolas, para além de um dever decorrente do quadro normativo vigente do sistema de ensino, deverá ser geradora de "hábitos de prática desportiva, num quadro

de promoção da saúde, da qualidade de vida e da cidadania". Na opinião de Carvalho (1994), a ausência da prática sistemática do desporto na escola é uma falha no processo formativo da nossa juventude.

As mudanças de valores acompanham as diferentes categorias sociais a todos os níveis. A configuração do sistema desportivo português, não obstante do esforço de alguns em mudar esta situação, ainda coloca algumas resistências à mudança de valores e ao desenvolvimento e diversificação dos hábitos de prática de forma regular e generalizada. As gerações mais jovens são as grandes impulsionadoras da mudança de valores, registando maiores níveis de participação desportiva e de diversidade de modalidades solicitadas. No entanto, evidenciam as escolhas pelas modalidades coletivas, identificadas pelo modelo de competição (Marivoet, 1998, p. 66). No ano de 1991, Bento alertou para o facto de que "os excessos na procura e na valorização do rendimento desportivo são sobejamente conhecidos e merecedores de viva reprovação", uma vez que ao atleta é-lhe induzida a qualidade de "produtor de resultados". Quando esta qualidade desaparece, o desporto perde todo o interesse.

Quando falamos em crianças e jovens, a prática desportiva tem por obrigação resolver o conflito entre as elevadas expectativas de rendimento (baseadas na construção de ideais e no sonho de ser "o melhor jogador") e a perspectiva de que o desporto tem como compromisso a formação integral e educação consciente e harmoniosa dos jovens (Bento, 1991b, p. 66). Por tudo isto, as políticas desportivas dos municípios que visam um desenvolvimento desportivo consciente e esclarecido devem investir de forma articulada e adequada à procura e atentando aos já reconhecidos indicadores da situação desportiva nacional.

De acordo com Bianchi, Caldaretti & Placidi (s/d, p. 37), podemos considerar três tipos de procura:

- Consolidada: aquela que é explicitamente expressa e à qual corresponde uma prática de nível aceitável;
- Desejada: aquela que é explicitamente expressa mas que à qual não é correspondida a possibilidade de prática ou só em alguns locais a um nível inaceitável;
- Potencial: aquela que é presumivelmente incrementável.

Colocando em causa a resposta, eficácia e adequação dos diferentes sistemas, Pires (1996, p. 126) afirma que "o praticante desportivo, quer ele

se situe no domínio do lazer e do desporto para todos, da recreação, da manutenção, do desporto escolar, do federado ou da alta competição, quer ele seja idoso ou jovem, homem ou mulher, dito normal ou portador de deficiência, quer ele viva no litoral, no norte, no sul, ou no interior do país ou das regiões autónomas, encontra-se muitas vezes abandonado a uma prática desportiva com sistemas de apoio e controlo frágeis, que não respondem às necessidades de uma sociedade a caminho do terceiro milénio”.

A própria planificação infraestrutural deveria estar diretamente relacionada ou dependente dos resultados dos estudos de mercado. De acordo com Bento (1991a, p. 248) a “primeira tendência de trazer o desporto do exterior para o interior, para o espaço fechado e coberto, é hoje marcada por uma segunda tendência, nomeadamente a de levar o desporto para o espaço aberto, para o ar livre, para o exterior, para a natureza”.

Como ficou provado, o conhecimento da procura desportiva é um dos pressupostos para levar a cabo a satisfação das necessidades de espaços recreativos e desportivos da população, opinião aliás corroborada por Palla (1991, p. 199), que defende que o planeamento das instalações desportivas, para além das normas de programação estabelecidas em m² por habitante, exige a promoção de estudos de procura. Com efeito, se num estudo da procura de uma qualquer região ou zona do país se constatar que os índices de procura são baixos, cabe ao estado, por obrigação normativa, acionar os mecanismos que definam a elaboração de uma ampla estratégia de marketing social, como forma de ultrapassar as limitações culturais dessa população. De acordo com Pires (1998 cit. por Lopes, 2000, p. 65), este tipo de marketing é constituído por um conjunto de ações dirigidas no sentido de tentar mudar as atitudes, valores e comportamentos de determinado conjunto de pessoas de uma sociedade, através da aceitação de uma ideia ou causa.

A melhoria das condições infraestruturais, a consciencialização da importância da prática de desporto por razões sociais e de promoção da saúde, realizada através do já referenciado marketing social e as características do quotidiano das populações, sobretudo através do aumento do tempo livre, são fatores que, se forem devidamente relacionados, contribuirão certamente para o aumento dos índices de procura desportiva.

Em jeito de síntese, torna-se necessário refletir e investigar as estruturas que influenciam e promovem as opções dos consumidores acerca

dos serviços desportivos, pois um melhor conhecimento nesta matéria permite-nos planear e desenvolver programas e serviços desportivos adequados às motivações e necessidades dos indivíduos. Assim, conseguimos elevar o tão desejado índice de participação desportiva global.

1.2 Objetivos

O objetivo deste projeto passa sobretudo por investigar qual a relação entre a oferta e a procura desportiva existente na Universidade do Minho. Analisando e caracterizando a oferta desportiva proporcionada, considerando as infraestruturas desportivas e as atividades desenvolvidas. Pretendemos também compreender quais os hábitos desportivos dos utilizadores para a ocupação dos seus tempos livres e de lazer, e verificar quais as modalidades que estes gostariam de vir a praticar. Para além disso pretendemos identificar os principais motivos que levam a população abordada à prática desportiva e os principais constrangimentos que encontram. Os resultados deste estudo serão objeto de recomendações para o departamento de desporto e cultura da Universidade do Minho de forma a melhorar o funcionamento deste.

2 METODOLOGIA

2.1 Caracterização do universo do estudo

A Universidade do Minho está atualmente entre as mais prestigiadas instituições de ensino superior do país, tendo também vindo a afirmar-se progressivamente no panorama internacional. Fundada em 1973, conta com dois grandes polos. O campus de Gualtar, em Braga, e o campus de Azurém, em Guimarães. A Universidade do Minho tem hoje perto de 16 000 estudantes, dos quais aproximadamente 3000 frequentam mestrados e doutoramentos (não considerando aqui os mestrados integrados). Esta é constituída por 11 escolas, sendo elas a Escola de Arquitetura, Escola de Ciências, Escola de Ciências da Saúde, Escola de Direito, Escola de Economia e Gestão, Escola de Engenharia, Escola de Psicologia, Escola Superior de Enfermagem, Instituto de Ciências Sociais, Instituto de Educação, Instituto de Letras e Ciências Humanas.

2.2 Caracterização da amostra

A seleção da amostra foi realizada na Universidade do Minho (UM) – nos Pólos de Azurém, na localidade de Guimarães e no de Gualtar na localidade de Braga, ambos pertencentes ao distrito de Braga. Todos os

indivíduos da amostra pertencem ao universo da UM, quer seja como estudante, docente ou funcionário. Os estudantes serão representados por 10% dos alunos de cada curso, e os docentes e funcionários por 10% de cada escola e serviço da UM.

2.3 Instrumentos e Variáveis

Para avaliar a oferta de instalações e serviços desportivos, disponíveis na UM, iremos proceder a uma entrevista com o responsável do Departamento de Desporto e Cultura (DDC) dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho (SASUM), Mestre Fernando Parente. No que se concerne à procura das instalações e serviços desportivos da UM, o instrumento utilizado será um questionário de administração direta com perguntas de escolha múltipla e do tipo fechadas e diretas. O respetivo questionário será construído pelos autores do projeto e para ser validado irá ser aplicado noutra instituição, mais concretamente no Instituto Superior da Maia (ISMAI), onde a amostra será constituída por 30 estudantes, 30 docentes e 30 funcionários. Depois de verificarmos a validade do mesmo iremos aplicá-lo na amostra do nosso projeto.

2.4 Resultados esperados

Com a realização deste projeto, pretendemos aferir se os espaços desportivos disponibilizados pela UM, são os mencionados pela nossa amostra como os que mais apreciam, para a realização de prática desportiva. Pretendemos também verificar se as modalidades desportivas que a UM oferece, vai ao encontro das pretendidas pelos seus alunos, docentes e funcionários. Outro dos objetivos pretendidos, é o de verificarmos se os hábitos desportivos da comunidade académica da UM, varia em função da categoria (estudante, docente e funcionário).

2.5 Implicações futuras

Quando pensamos na realização deste projeto, foi com o intuito de fomentar melhorias nas ofertas desportivas existentes na UM, nomeadamente ao nível dos espaços e serviços desportivos, de modo a adequar a oferta desportiva ao pretendido pelos seus utilizadores, tais como alunos, docentes e funcionários. Como tal, ambicionámos que este projeto, seja uma boa ferramenta para tal consecução.

Referências

- Assembleia da República. (2005). Lei n.º 49/2005 de 30 de Agosto (Segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior). Diário da República, 1ª Série-A (n.º 166), 5122-5138.
- Bento, J. (1991a). Desporto para Todos: Os novos desafios. In Os Espaços e os Equipamentos Desportivos. Congresso Europeu Desporto para Todos (pp. 243-251). Oeiras: Câmara Municipal Oeiras.
- Bento, J. (1991b). Desporto, Saúde, Vida - Em defesa do Desporto. Lisboa: Livros Horizonte.
- Bianchi, A., Caldaretti, S., & Placidi, B. As Instalações desportivas e território: a programação num pequeno município. Lisboa: Direção Geral dos Desportos.
- Cálão, P. M. L. (2003). Oferta e procura desportiva no concelho de Viseu. Porto: Paulo Cálão. Dissertação de Mestrado apresentada à FADE-UP.
- Carvalho, A. M. (1994). Desporto e Autarquias Locais. Porto: Campo das Letras.
- Dias, I. (2000). As autarquias e o desporto do séc. XXI. Horizonte, XVI(94), 16-19.
- Guedes, D. P., Lopes, C. C., Guedes, J. E., & Stanganelli, L. C. (2006). Reprodutibilidade e validade do questionário Baecke para avaliação da atividade física habitual em adolescentes. Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, 6(3), 265-274.
- Lambert, H. (1991). Financiamento dos Equipamentos Desportivos em França. In Os Espaços e os Equipamentos Desportivos. Congresso Europeu Desporto para Todos (pp. 89-94): Federação Internacional Deporto para Todos & Camara Municipal Oeiras.
- Lopes, J. S. C. (2000). Caracterização da participação e procura desportiva. Contributo para o conhecimento e análise estratégica do sistema desportivo do concelho da Póvoa de Varzim. Porto: Jorge Lopes. Dissertação de Mestrado apresentada à FCDEF - UP.
- Palla, M. J. (1991). Estudos de sistematização dos equipamentos desportivos e ordenamento do território. In Os Espaços e os Equipamentos Desportivos. Congresso Europeu Desporto para Todos (pp. 179-210). Oeiras: Câmara Municipal Oeiras.
- Pires, G. (1993). Autarquias e planeamento democrático. Horizonte, X(56), 63-73.
- Santos, M. P., Gomes, H., Ribeiro, J. C., & Mota, J. (2005). Variação sazonal na atividade física e nas práticas de lazer de adolescentes portugueses. Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, 5(2), 192-201.
- Sardinha, L. B. (2003). Desporto, atividade física e saúde: Novas razões para uma aproximação integrada do desporto. Algués: Confederação do Desporto de Portugal.